



REDAÇÃO FINAL
PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO N° 122-C DE 2015

Acrescenta § 7° ao art. 167 da Constituição Federal, para proibir a imposição e a transferência, por lei, de qualquer encargo financeiro decorrente da prestação de serviço público para a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios.

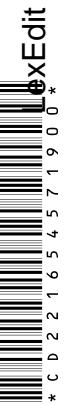
AS MESAS DA CÂMARA DOS DEPUTADOS E DO SENADO FEDERAL, nos termos do § 3° do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte Emenda ao texto constitucional:

Art. 1° O art. 167 da Constituição Federal passa a vigorar acrescido do seguinte § 7°:

“Art. 167.

.....

§ 7° A lei não imporá nem transferirá qualquer encargo financeiro decorrente da prestação de serviço público, inclusive despesas de pessoal e seus encargos, para a União, os Estados, o Distrito Federal ou os Municípios, sem a previsão de fonte orçamentária e financeira necessária à realização da despesa ou sem a previsão da correspondente transferência de recursos financeiros necessários ao seu custeio, ressalvadas as obrigações assumidas espontaneamente pelos entes federados e aquelas decorrentes da fixação do salário mínimo, na forma do inciso IV do *caput* do art. 7° desta Constituição.” (NR)





CÂMARA DOS DEPUTADOS

2

Art. 2º Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 14 de julho de 2022.

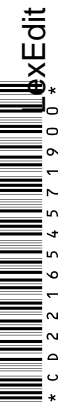
Deputado SILVIO COSTA FILHO
Relator

Apresentação: 14/07/2022 23:59 - PLEN
RDF 1 => PEC 122/2015

RDF n.1



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Silvio Costa Filho
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD221654571900>



* CD 221654571900 *
eXEdit